



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13804.003416/2002-46
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1102-001.096 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	10 de abril de 2014
<b>Matéria</b>	NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
<b>Recorrente</b>	MARÍTIMA SEGUROS S.A.
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 1993, 1994, 1995, 1996, 1997

**PRAZO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO.**

O regramento estabelecido pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 118/2005 aplica-se somente aos pedidos de restituição formalizados a partir de 9 de junho de 2005 (STF/RE 566.621/RS, sessão de 04/08/2011, DJ 11/10/2011).

Conforme entendimento consolidado no STJ, no caso de pedidos de restituição formalizados antes daquela data, aplica-se o prazo de dez anos com termo inicial na data do fato gerador, razão pela os autos devem retornar à Unidade de origem, para exame do mérito.

Recurso voluntário provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso voluntário para reconhecer a tempestividade do pedido de restituição formulado, devendo os autos e seus processos apensados retornarem à unidade de origem para que seja proferido novo despacho decisório com análise do mérito do referido pedido e das compensações a ele vinculados, restabelecendo-se o trâmite processual a partir daí, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Declarou-se impedido o conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho.

*(assinado digitalmente)*

João Otávio Oppermann Thomé – Presidente

*(assinado digitalmente)*

Participaram do julgamento os Conselheiros: João Otávio Oppermann Thomé, José Evande Carvalho Araújo, Francisco dos Santos Alexandre Linhares, Ricardo Gregório Marozzi, João Carlos de Figueiredo Neto. Ausente momentaneamente o conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto em 15.05.2007 (fls. 204/221) contra o acórdão da 8ª Turma da DRJ em São Paulo I (fls. 192-196), cientificado em 20.04.2007 (fl. 200), que julgou improcedente a manifestação de inconformidade (fls. 145/165) apresentada, pela ora Recorrente, em face do despacho decisório (fls. 131-136) que indeferiu o pedido de restituição, protocolizado em 07.06.2002, relativo a pagamentos a maior efetuados de IRRF, CSLL e IRPJ entre 19.02.1993 a 19.02.1997 no valor total original de R\$ 3.472.564,43 (fls. 5 - 10), conforme quadro abaixo:

Código	Tributo	*Valores em R\$
1708	IRRF – Rem. Serviços prestados por PJ	172.094,79
0588	IRRF – Rem. Trab. Sem vínculo empreg.	952.591,03
8045	IRRF – Demais rendimentos	627.475,91
3208	IRRF – Alug. e royalties pagos a PF	73.748,35
2030	CSLL – Financeiras bal. trimestral	707.996,77
3320	IRPJ – Lucro inflacionário	294.032,69
0561	IRRF – Rends. Trab. assalariado	644.624,89
<b>TOTAL</b>		<b>3.472.564,43</b>

\* Valores históricos

O pedido de restituição foi indeferido e, consequentemente, as compensações não foram homologadas, por entender que teria decorrido mais de 05 anos da data dos pagamentos, ocorrendo portanto, a decadência do direito à restituição/compensação nos termos do artigo 168, I, do Código Tributário Nacional (fls. 180/184). Esse entendimento foi mantido pelo acórdão da 8ª Turma da DRJ em São Paulo, assim ementado:

*Processo nº 13804.003416/2002-46*

*Acórdão nº 16-12.831 - 8ª Turma da DRJ/SPOI*

*Sessão de 21 de março de 2007*

*Interessado MARITIMA SEGUROS S/A*

*CNPJ/CPF 61.383.493/0001-80*

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF*

*Ano-calendário: 1993, 1994, 1995, 1996, 1997*

*DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA.*

*O prazo decadencial para o exercício do direito à repetição de indébito tributário ou à compensação é de 5 anos contados da data do pagamento indevido ou a maior.*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Autenticado digitalmente em 12/03/2015 por MARIA CONCEICAO RODRIGUES DE FREITAS, Assinado digitalmente em 30/03/2015 por JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME, Assinado digitalmente em 25/03/2015 por FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

Impresso em 08/06/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*Compensação não Homologada*

Em seu recurso (fls. 190/208), a Recorrente procura demonstrar que, nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, o direito à restituição do tributo extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contado da data da homologação tácita do lançamento, nos termos do artigo 150, §4º, do CTN, totalizando assim 10 anos para operar a decadência.

Em despacho presente às fls. 228, a 2ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes derroga de sua competência em atenção ao art. 20, I, “a”, “b” e “c” do Regimento Interno.

Em 13.11.2008 o contribuinte protocolizou petição informando que dos referidos créditos existiam outros pedidos de compensação vinculados através dos processos abaixo, todos protocolizados antes do despacho decisório proferido em 31.08.2006 (fls. 131-136):

- 16327.000266/2005-22;
- 16327.001263/2003-44;
- 11831.001314/2003-14;
- 13804.008994/2002-79;
- 16327.001760/2003-42;
- 13804.007619/2002-10;
- PERDCOMP 35465.87877.110603.1.3.04-5906;
- PERDCOMP 29627.85580.150703.1.3.04-0595;
- PERDCOMP 00646.15256.150803.1.3.04-0013.

Todavia consultando o sistema e-processo verifico que não foram apensados ao presente os processos n. 16327.001263/2003-44 e 16327.001760/2003-42, bem como consultando as PERDCOMP's no sistema da RFB verifico que as mesmas ainda estão pendentes de despachos decisórios.

Esses processos não apensados no sistema e-processo (n. 16327.001263/2003-44 e 16327.001760/2003-42) estão de acordo com o sistema COMPROT encaminhados para o CARF, todavia consultando o sistema CARF acusa não existir nos seus bancos de dados.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Francisco Alexandre dos Santos Linhares - Relator

Atendidos os pressupostos legais do recurso voluntário, é de se conhecê-lo.

Como narrado nos fatos, o pedido de restituição foi indeferido e, consequentemente, as compensações não foram homologadas, por entender a DRJ que teria ocorrido a decadência do direito à restituição/compensação, haja vista ter sido o pedido protocolizado a mais de 05 anos da data dos pagamentos, nos termos do artigo 168, I, do Código Tributário Nacional (fls. 180/184).

Com o publicação da Lei Complementar nº 118/2005, consolidou-se nos Tribunais Superiores (STJ e STF) o entendimento de que o prazo decadencial do pedido de restituição dos tributos lançados por homologação seria de 05 anos contados da data do pagamento antecipado.

*LC n. 118/2005.*

*Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.*

*Art. 4º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.*

Ao passo que se consolidava o entendimento acima, também se consolidou a interpretação de que essa regra (prazo decadencial de 05 anos a partir do pagamento antecipado) somente se operaria a partir de 09.06.2005, data em que entrou em vigor o art. 3º da LC n. 118/2005, não podendo essa regra ser aplicada para aqueles pedidos de restituição protocolizados antes da vigência da norma. Nesse sentido se manifestou o Pleno do STF no Acórdão RE 566621/RS, sessão de 04/08/2011, DJ 11/10/2011:

*DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA –  
APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº  
118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA  
JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA  
VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO  
PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS  
PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE  
2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a  
orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os  
tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para  
repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados  
do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos  
arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora  
tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação  
normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato  
gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei  
supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo  
jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de  
violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a  
lei expressamente interpretativa também se submete, como  
qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza,  
validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido  
prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário  
estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões  
deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem  
como a aplicação imediata às pretensões pendentes de  
ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de  
nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da*

*segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a *vacatio legis*, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de *vacatio legis* de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da *vacatio legis* de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido.*

**(RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)**

Considerando que foi aplicado ao Acórdão do STF em comento os efeitos do art. 543-B, § 3º, do CPC (repercussão geral julgada em plenária), o entendimento nele esposado deve ser reproduzido nos julgados deste Colegiado, nos termos do art. 62-A do Anexo II, da Portaria MF nº 256/2009, que aprovou o Regimento Interno do CARF.

#### *Regimento Interno do CARF*

*Art. 62-A. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.*

Neste cenário, a decisão deixa claro que a regra a ser utilizada é definida pela data em que foi interposta a ação ou, no caso, o pedido administrativo. Se o pleito foi formalizado após 09/06/2005, a LC 118/2005 é aplicável em sua plenitude. Caso contrário, o prazo prescricional deve seguir a regra decenal com termo inicial na data do fato gerador, nos termos definidos pelo STJ.

Na presente situação o pedido foi formalizado em 07/06/2002, data anterior a 09/06/2005. Aplicar-se-á, portanto, o prazo decenal definido pelo STJ.

Sob esse prisma, considerando que os créditos pleiteados se referem a fatos geradores desde 19/02/1993 a 19/02/1997, aplicando-se o prazo decenal, o termo final seria 19/02/2003. Como o pedido foi formalizado em data anterior (07/06/2002), não ocorreu a decadência/prescrição do direito da recorrente.

Por todo exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso voluntário para reconhecer a tempestividade do pedido de restituição nos termos supracitados, devendo os autos e seus processos apensados retornar à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo – SP para que seja proferido novo despacho decisório com análise do mérito do Pedido de Restituição, restabelecendo-se o trâmite processual a partir daí.

É como voto.

*(assinado digitalmente)*

Francisco Alexandre dos Santos Linhares